



Câmara Municipal de Indaiatuba

Estado de São Paulo

PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI Nº 66/2024 - EXECUTIVO MUNICIPAL - Dispõe sobre alteração da Lei nº 7.682 de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Indaiatuba para o período de 2022 a 2025, da Lei nº 8.015, de 29 de junho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2024 e da Lei nº 8.100, de 07 de dezembro de 2023, que aprova o Orçamento do Município de Indaiatuba para o exercício de 2024.

TRAMITAÇÃO

Data da Ação	04/06/2024
Unidade de Origem	Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos
Unidade de Destino	Departamento de Expediente
Status	Proposição transformada em lei

Indaiatuba, 04 de junho de 2024.

Cindy Dercoli Salla
Departamento de Técnica Legislativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

LEI Nº 8.183, DE 29 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre alteração da Lei nº 7.682 de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Indaiatuba para o período de 2022 a 2025, da Lei nº 8.015, de 29 de junho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2024 e da Lei nº 8.100, de 07 de dezembro de 2023, que aprova o Orçamento do Município de Indaiatuba para o exercício de 2024.

NILSON ALCIDES GASPAR, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Os anexos da Lei nº 7.682, de 14 de outubro de 2021 que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Indaiatuba para o período de 2022 a 2025, Lei nº 8.015, de 29 de junho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2024 e Lei nº 8.100, de 07 de dezembro de 2023, que Aprova o Orçamento do Município de Indaiatuba para o exercício de 2024, no Programa nº 0017 – Gestão da Proteção Social Básica, fica acrescida a Ação 1002 – Construção e Ampliação de Próprios Públicos, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social/FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento vigente, aprovado pela Lei nº 8.100, de 07 de dezembro de 2023, crédito adicional especial, destinado a atender as despesas de investimentos a que se refere a presente lei, até o limite de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), com as seguintes características:

01	Prefeitura Municipal de Indaiatuba
01.05	Secretaria Municipal de Assistência Social
01.05.02	FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social
01.05.02.08	Assistência Social
01.05.02.08.244	Assistência Comunitária
01.05.02.08.244.0017	Gestão da Proteção Social Básica
01.05.02.08.244.0017.1002	Construção e Ampliação de Próprios Públicos
01.05.02.08.244.0017.1002.4.4.90.51 -	Obras e Instalações
DR 91.500.0051	Recursos do Tesouro (Superávit Financeiro)
	Valor = R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

01	Prefeitura Municipal de Indaiatuba
01.05	Secretaria Municipal de Assistência Social
01.05.02	FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social
01.05.02.08	Assistência Social
01.05.02.08.244	Assistência Comunitária
01.05.02.08.244.0017	Gestão da Proteção Social Básica
01.05.02.08.244.0017.1002	Construção e Ampliação de Próprios Públicos
01.05.02.08.244.0017.1002.4.4.90.52 –	Equipamentos e Material Permanente
DR 91.500.0051	Recursos do Tesouro (Superávit Financeiro)
	Valor = R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Art. 3º - O valor dos créditos a que se refere o artigo 2º desta lei, será coberto com recursos provenientes em igual valor Superávit Financeiro verificado em balanço patrimonial do exercício de 2023.

Parágrafo único - Para os exercícios subsequentes os recursos serão alocados à época da elaboração das respectivas peças orçamentárias.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias nas peças de planejamento, LOA, LDO e PPA, para o crédito adicional especial referido no artigo 2º desta lei, obedecendo às seguintes descrições e classificações:

Ação 1002 – Construção e Ampliação de Próprios Públicos:

Descrição da Meta Física da Ação: UNIDADES CONSTRUÍDAS/AMPLIADAS

Unidade de Medida: UN

Quantidade Total = 1

ÍNDICE RECENTE = 0

ÍNDICE FUTURO = 1

Meta Física por Exercício:

2022 = 1

2023 = 0

2024 = 0,62

2025 = 0,38

Custo Financeiro por Exercício:

2022 = R\$ 0,00

2023 = R\$0,00

2024 = R\$ 950.000,00

2025 = R\$ 500.000,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

**Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa**

Programa 0017 – Gestão da Proteção Social Básica:

Descrição da Meta Física do Programa: Ampliação da Rede Física – CRAS
Unidade de Medida: UN
Quantidade Total = 1
ÍNDICE RECENTE = 0
ÍNDICE FUTURO = 1
Meta Física por Exercício:
2022 = 0
2023 = 0
2024 = 0,62
2025 = 0,38

Art. 5º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaiatuba, 29 de maio de 2024, 194º de elevação à categoria de freguesia.


**NILSON ALCIDES GASPAR
PREFEITO**

Publicado no Departamento de Técnica Legislativa, 29 de maio de 2024.

2